



**Da retomada à consolidação:
fortalecendo a luta, valorizando os servidores**

TESE AO VIII CONGRESSO DO SINDIPÚBLICOS

Data: 14, 19 e 20 de agosto de 2026

Local: Município de Vitória – Centro de Formação Dom João Batista

Tema do congresso: Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

“Paralelamente, os centros que tomam decisões econômicas e financeiras não são mais os que fazem as opções militares. Os Estados podem iniciar e terminar guerras, assinar tratados de paz e alianças. Mas mostram-se cada vez menos capazes (**excetuando-se**, talvez, os Estados Unidos) de controlar os fluxos financeiros, a transferência de tecnologias e a difusão da informação. Institucionalmente separados do sistema de relações internacionais, os novos centros de poder econômico agem fora de qualquer controle democrático.” (Oleg Pavlov, 2000).

A conjuntura internacional não pode mais ser medida com as mesmas ferramentas analíticas que interpretaram o pós-guerra. A promessa de um mundo multipolar, defendida como alternativa ao mundo bipolar pelo ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, não se materializou plenamente. Os EUA, temendo um revés na correlação de forças internacionais, mantêm sua ofensiva com estratégias bélicas e comerciais, rompendo os acordos geopolíticos previamente estabelecidos e autoproclamando-se a superpotência de todas as nações. A transição para uma cooperação entre os blocos político-econômicos e a construção de novos marcos reguladores do direito internacional ainda não foram consolidadas. Ao contrário, observamos uma conjuntura marcada pela disputa da hegemonia e pelo controle de zonas de influência política, econômica e militar.

Vivemos um momento difícil e perigoso para a humanidade. A reorganização da extrema-direita radical em âmbito global ameaça as estruturas democráticas e os direitos sociais conquistados, como o sufrágio universal, os direitos trabalhistas, os direitos humanos, a preservação ambiental, a soberania e a autodeterminação dos povos. Tais movimentos mobilizam uma agenda de ódio, de racismo e de todas as formas de preconceito contra mulheres, etnias, imigrantes e refugiados, tudo isso em nome da acumulação de capital e poder.

A título de ilustração, segundo o relatório “Resistindo ao Domínio dos Ricos” (Oxfam/2026), os 12 bilionários mais ricos do mundo possuem riqueza superior à detida pelos 4 bilhões de pessoas mais pobres. Suas riquezas, em 2025, cresceram cerca de US\$ 2,5 trilhões, atingindo a órbita dos US\$ 18,3 trilhões, evidenciando as faces da concentração e da desigualdade de renda.

O uso da força econômica e militar se impõe ao debate democrático; a unilateralidade nas decisões torna-se um método de diplomacia, tornando as guerras inevitáveis. Diante desse cenário, assistimos aos conflitos internacionais com preocupação e repúdio. Reafirmamos que a paz entre as nações, o diálogo diplomático e a previsibilidade das regras internacionais são caminhos viáveis para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e da fome em escala global.

As evidências deste movimento conjuntural são as guerras, nas quais seus senhores lucram enquanto os civis enfrentam momentos aterrorizantes, de dor e desespero — como o assassinato de crianças e de mulheres, ou a vivência de cenas dantescas de bombas atingindo escolas, hospitais e áreas residenciais. Com essa tragédia, escalam a morte a níveis industriais, que logo se transformam em números e estatísticas de uma guerra sem fim. De acordo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), o início de 2026 é marcado por 120 conflitos armados no mundo, somando cerca de 122 milhões de civis refugiados.



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

Condenamos veementemente o genocídio promovido por Israel e pelos EUA contra o povo palestino, reafirmando a legitimidade de um Estado independente e o fim imediato dos assentamentos em seu território. Exigimos a retirada das tropas e a suspensão das hostilidades para que, sob os escombros da ocupação liderada por Netanyahu e Trump, ergam-se a liberdade e a soberania de uma Palestina Livre. Essa ofensiva militar, face cruel da crise humanitária contemporânea, já deslocou 1,9 milhão de pessoas e provocou o colapso dos sistemas de saúde e da economia, afetando a sobrevivência de quase toda a população local (BBC, 2024).

Sob a mesma ótica de repúdio, denunciemos o embate entre os interesses da OTAN/Ucrânia e da Rússia, que em quatro anos de confronto sacrificou mais de 1,5 milhão de soldados. Esse atentado contra a vida humana tem raízes na tentativa de adesão ucraniana à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), gerando uma contraofensiva russa que hoje se encontra em um impasse de altos custos e ganhos incertos — apesar da área ucraniana ocupada pela Rússia, a Ucrânia recentemente tem provocado danos importantes na infraestrutura de energia da Rússia, segundo o Instituto para o Estudo da Guerra (ISW).

Apesar de gozar do apoio financeiro e de lutar com as armas da OTAN, a Ucrânia enfrenta um problema para efetivar sua adesão. O estatuto da aliança militar prevê que países em conflito aberto não podem aderir ao bloco, já que todos os países-membros seriam obrigados a declarar guerra contra a Rússia. Segundo o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, a Ucrânia só será aceita no bloco se obtiver êxito em sua campanha. Do ponto de vista econômico, a guerra projetou grandes impactos, que foram analisados pelo artigo *Impactos da Guerra Russo-Ucraniana na Economia Mundial* (INSPIER, 2023).

Os blocos econômicos e as grandes potências possuíam alto grau de dependência no fornecimento de insumos como gás natural, petróleo, carvão, milho, commodities metálicas, óleo de girassol e fertilizantes, produzidos nos dois países em conflito. A Europa, por exemplo, apresentou um nível de dependência de 82% do óleo de girassol e 26% do milho ucraniano. Na relação com a Rússia, o continente europeu apresentou níveis de dependência de 54% de carvão, 43% de gás natural e 29% de petróleo. A China dependia em 62% do seu consumo de óleo de girassol da Ucrânia e 51% de milho. O Reino Unido, por sua vez, dependia em 34% do consumo de carvão do mercado russo. Canadá e Brasil possuíam, em 2022, uma relação de dependência de 85% e 22%, respectivamente, das commodities agrícolas de origem russa.

Outro indicador importante é a variação de alta nos preços das commodities energéticas no período entre fevereiro de 2022 e março de 2023. O petróleo tipo Brent teve uma variação inflacionária de +43,54%, o tipo WTI chegou ao pico com alta de +36,26% e o gás natural bateu a casa dos +103,75% no seu maior ponto da curva (Rosales, 2023). Esses impactos geram grandes repercussões em toda a cadeia econômica mundial, com alta de preços e escassez de insumos, pressionando a economia das famílias.

No Oriente Médio, a ofensiva militar dos EUA e de Israel contra o Irã merece todo o repúdio da classe trabalhadora. A operação é pautada em uma suposta ameaça nuclear ao povo americano, contudo, seus objetivos passam pela derrubada do regime iraniano e pelo acesso às reservas de petróleo, estimadas em 157,8 bilhões de barris. Ocorre que as acusações do presidente americano carecem de justificativas técnicas, documentos comprobatórios e rito legislativo. A acusação não foi debatida no Conselho de Segurança da ONU ou apresentada ao Congresso Americano, instituição que goza de prerrogativa constitucional e é amparada pela Lei de Poderes de Guerra de 1973, a qual confere ao parlamento a decisão de declarar guerra contra outro país ou rejeitá-la.

Essa agressão sem justa causa levou à renúncia do Diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo dos EUA, que desmentiu publicamente o presidente Trump, negando que o Irã representasse alguma ameaça para a América, e afirmou que a manutenção do diálogo diplomático era a melhor via para evitar o conflito. Como represália aos ataques e à morte do seu líder supremo, o Aiatolá Ali Khamenei, o Estado muçulmano lançou ataques contra Tel Aviv e contra os países que possuem bases militares ame-



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

ricanas no entorno do Oriente Médio, além de fechar o estreito de Ormuz. O conflito elevou a cotação do barril de petróleo, que saiu de US\$ 60 no final de 2025 para cerca de US\$ 115 em março de 2026, quase dobrando seu valor comercial e inflacionando os mercados nos países consumidores.

O bloqueio ao estreito de Ormuz tem forte impacto na economia mundial, uma vez que por ele circula um quinto de todo o petróleo comercializado no mundo. Dessa forma, estamos falando de um conflito entre potências com alto poder bélico, forçando um prolongamento do embate e o desgaste do governo norte-americano dentro e fora dos EUA, além de afetar as cadeias econômicas diretas e derivadas do petróleo em todo o planeta. Analistas e estudiosos acompanham os desdobramentos políticos e econômicos, como a inflação dos combustíveis e dos alimentos, impactados diretamente pelo conflito, assim como uma possível escalada da guerra e a possibilidade de desastres nucleares.

Observamos que interesses políticos e econômicos se sobrepõem à resolução pacífica dos conflitos, à manutenção da paz, à segurança internacional, à igualdade soberana entre as nações e à promoção dos direitos humanos, como preconiza a Carta das Nações Unidas. O Conselho de Segurança e a Assembleia Geral perderam a capacidade de gerar resultados efetivos para a cooperação internacional dos problemas globais, no desenvolvimento social e na manutenção do respeito ao direito internacional. Sua capacidade de intervir nos conflitos está enfraquecida, restando a atuação na esfera diplomática e em ajudas humanitárias. Até mesmo comboios da ONU, contendo ajuda humanitária, foram atacados e impedidos de entrar em Gaza. Ou seja, perderam a capacidade de cumprir o seu papel nos conflitos, distanciando-se de sua carta de princípios. A rota precisa ser corrigida.

A globalização dá lugar ao protagonismo da força sobre o diálogo, das economias fortes sobre as mais frágeis, das armas sobre a diplomacia política. É através do medo que as potências reacionárias mobilizam o sentimento médio da nação. O racismo, a xenofobia, a misoginia, o preconceito contra imigrantes e etnias, e a política do lucro acima do meio ambiente se tornam pautas unificadoras de conservadores e grupos de inclinação autoritária. Estes encontram ressonância em líderes e governos que atuam para enfraquecer as instituições democráticas e republicanas. O mundo passa novamente pelo realinhamento das fronteiras produtivas e econômicas, na qual o social e o ambiental funcionam meramente como instrumentos do acúmulo patrimonial.

Consequentemente, é preciso recompor o Conselho de Segurança, ampliando o número de Estados com cadeiras permanentes e com o poder de veto, incluindo o Brasil. É preciso fortalecer o diálogo diplomático e equilibrado, construindo soluções modernas para a nova configuração socioeconômica do mundo.

O “corolário Trump” para a América Latina e Caribe se caracteriza por uma postura pública desprezível em relação às nacionalidades e culturas da região, bem como por uma postura ultrajante de associar latino-americanos ao narcotráfico e classificá-los como uma ameaça à segurança nacional, justificando prisões em massa pelo ICE — mais de 68 mil imigrantes foram presos, sendo que 73% não possuíam antecedentes criminais. As deportações forçadas em condições humilhantes, as sanções a Cuba e Venezuela, as tensões com o México e a Colômbia, e mais recentemente a ação autoritária de invadir um país sob pretexto de prender uma organização criminosa, mas que resultou na prisão e sequestro do presidente e de sua esposa, transferidos para Nova York (caso da Venezuela) reafirmam o menosprezo pela soberania dos países latinos atualmente disseminada pelos EUA.

Recentemente, o governo Trump lançou, juntamente com 17 países latinos, o “Escudo das Américas”, uma iniciativa que visa à cooperação para o combate aos cartéis e ao tráfico, com salvo-conduto para a operação das tropas de Donald Trump em solo latino-americano, assim como visa frear a influência da China e da Rússia no continente, conforme a Doutrina Monroe (1823), com o intuito de restabelecer o poder americano no hemisfério ocidental. O Paraguai e o Uruguai assinaram esse acordo, abrindo espaço para ações militares americanas na fronteira com o Brasil. O nosso país, assim como o México e a Colômbia, não aderiu à iniciativa. Não podemos esquecer da recuperação financeira dos EUA ofertada à Argentina, que, além de estabilizar o



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

país, deu a vitória nas eleições de meio de mandato ao presidente ultraliberal Javier Milei, abrindo as portas para as reformas que estendem as jornadas de trabalho para até 12 horas e retiram direitos das classes trabalhadoras.

No último período, as tensões entre a potência americana e a diplomacia brasileira estiveram em evidência em diversos momentos. Como membro e peça articuladora importante do BRICS, portanto em contraposição aos interesses do “corolário Trump”, o Brasil vem sofrendo uma série de ataques e tentativas de intervenção dos EUA na economia e em assuntos de teor interno e soberano. Dentre elas, destacam-se o apoio e o alinhamento ideológico entre a ultradireita americana e o autoritarismo brasileiro.

Sob essa perspectiva, o VIII Congresso do Sindipúblicos reafirma seu compromisso com a democracia e com a paz entre as nações. Não mediremos esforços para combater as forças conservadoras e autocráticas que buscam se infiltrar nas estruturas republicanas para atacar e destruir a democracia. Do mesmo modo, defendemos a soberania e a autodeterminação dos povos, cabendo aos Estados-nação a busca por caminhos que levem à paz, ao equilíbrio e que enfrentem as mazelas sociais provocadas pelo excesso de concentração de riqueza, como a fome e a extrema pobreza.

CONJUNTURA NACIONAL

E se não pudéssemos mais falar sobre política? E se nossos direitos fossem retidos e somente um soberano respondesse pela nação? E se as armas, o medo e o terror se impusessem ao diálogo livre? E se o seu voto não valesse mais nada? E se somente os mais ricos e os mais fortes pudessem decidir sobre a vida do povo brasileiro?

É com essas perguntas que abrimos o nosso debate, pois o Brasil viveu, mais uma vez, a iminência de embarcar na realidade das trevas: golpe e ditadura civil-militar.

O dia era 8 de janeiro de 2023, a “Festa era da Selma”, em uma alusão ao grito de guerra dos militares, “Selva!”. A palavra de ordem era Intervenção Militar. Os golpistas que invadiram e depredaram a Praça dos Três Poderes exigiam que o Presidente Lula, empossado em 1º de janeiro de 2023, acionasse o dispositivo de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), transmitindo o comando do país às Forças Armadas — como suposta “força moderadora” — para intervir e estabelecer a ordem democrática após eleições supostamente fraudulentas através das urnas eletrônicas.

Com essa narrativa os golpistas liderados por Jair Messias Bolsonaro tentavam reverter a derrota eleitoral e se perpetuar no poder. Por outro lado, era preciso blindar os rastros de um governo pautado na promiscuidade no trato da coisa pública, no baixo republicanismo e no uso da máquina pública para usurpar o poder conferido pelo voto. É nesse cenário conturbado que se inicia o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o seu terceiro mandato, em 2023.

É preciso reconhecer que o ciclo dos governos de Lula (três vezes) e Dilma (duas vezes) tiveram um sucesso ímpar na história do país, retirando por duas vezes o Brasil da fome, garantindo direitos às massas trabalhadoras, promovendo o crescimento da renda e a redução das desigualdades sociais. Os programas sociais e de transferência de renda foram políticas públicas essenciais para milhões de brasileiros esquecidos ao longo da nossa história. Políticas que incentivaram a autoafirmação, o empoderamento e o fortalecimento das identidades. A política de valorização salarial e de reconhecimento de direitos incomodou a Faria Lima por ter que compartilhar voos ao lado de empregadas domésticas nos aeroportos. O andar de cima não suporta o crescimento dos de baixo. O patriarcalismo, o racismo e todas as formas de preconceito exalados pelas elites do açoite, que se organizaram mediante uma agenda conservadora, autoritária e golpista, fizeram com que a centelha fascista reacendesse e encarnasse no bolsonarismo. Essa disputa de projetos está em evidência em 2026 e é sobre esse cenário que nos debruçaremos.



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

Retomando um passado não muito distante, a partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma — ocorrido sem que houvesse crime de responsabilidade — instalou-se uma agenda recessiva voltada a interesses do mercado financeiro e grandes exploradores da força de trabalho e dos recursos naturais. Com Michel Temer (MDB) na presidência, privatizações e retiradas de direitos trabalhistas e previdenciários tornaram-se a regra. A Reforma Trabalhista, anunciada como solução para o emprego, gerou uma massa de trabalhadores desassistidos de direitos, sob o disfarce da “pejotização” e do empreendedorismo por conta própria. Na prática, a medida beneficiou apenas os contratantes, que se eximiram dos custos sociais do trabalho e das verbas indenizatórias. Casos como os de auxílios para transporte e alimentação, ou o desamparo de motoristas de aplicativo e entregadores em episódios de acidente ou doença, exemplificam essa tragédia.

Em 2018, fruto da operação “Lava Jato”, que devastou a economia e os empregos no país, Lula foi sentenciado à prisão em processo no qual o ex-juiz de Curitiba, Sérgio Moro, se articulou com a promotoria (Deltan Dallagnol) de acusação para criar provas e pressionou delatores de forma a incriminar o então ex-presidente, com o objetivo de tirá-lo da disputa presidencial daquele ano. Cabe destacar que, em abril de 2018, Lula liderava as pesquisas com o dobro das intenções de voto do segundo colocado, Jair Messias Bolsonaro. Em 2021, as acusações de corrupção e lavagem de dinheiro foram anuladas pelo STF, após Luiz Inácio cumprir 580 dias no cárcere da Polícia Federal em Curitiba, comprovando, como anunciado, sua inocência e saindo de cabeça erguida pela porta da frente da sede da Polícia Federal. Sem Lula na disputa, Haddad, ex-prefeito de São Paulo, assumiu como candidato, levando a disputa para o segundo turno e perdendo para Bolsonaro por uma diferença de cerca de 10 milhões de votos.

As eleições de 2018 registraram um fenômeno novo na realidade política brasileira. Pela primeira vez nas eleições pós-redemocratização, os setores conservadores, a elite empresarial, os militares e os ressentidos pelas sucessivas vitórias eleitorais do PT uniram-se em torno de um programa deliberadamente contra o povo, sem peroba e sem verniz. Pautado supostamente em valores cristãos, mas que na prática pregava valores contra os direitos humanos, pela extinção de posições políticas de esquerda e pela eliminação de adversários democráticos, o projeto defendia a entrega do patrimônio nacional à iniciativa privada, o cerceamento da democracia com a defesa de intervenção militar, sem contar as mentiras distribuídas na internet, discursos de ódio, misoginia, racismo, homofobia, dentre outras formas de intolerância. Esse era o programa que veio a ser denominado como Bolsonarismo. Foi esse o projeto que saiu vitorioso das urnas, infelizmente.

No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Brasil viveu uma severa ausência de gestão pública. Militares ocuparam estruturas do governo, surgindo denúncias de esquemas de propina até na compra de vacinas durante a pandemia. A falta de estratégia para enfrentar o coronavírus provocou um caos sanitário: a escassez de oxigênio e leitos somada ao desrespeito aos protocolos de segurança maximizou o número de mortes.

Esse desgoverno foi marcado pelos seguintes fatos: não reduziu os ministérios de 29 para 15 como prometido, ficando com 22 ministérios, sendo um general como vice e sete ministros militares. Defendeu o período da ditadura militar comemorando 55 anos do golpe, questionou o trabalho da Comissão da Verdade e elogiou Carlos Alberto Ustra como “herói nacional”. Acusou as ONGs pelos incêndios na Amazônia; afirmou que para reduzir a poluição ambiental era necessário “fazer o cocô dia sim, dia não”; manteve o desemprego no primeiro ano de governo em 11,6%; registrou mortalidade infantil em nível recorde; instituiu a contratação de jovens com recolhimento menor de INSS; extinguiu a multa de 10% sobre FGTS nas demissões sem justa causa; determinou mudanças na legislação de meio ambiente por meio de decretos; aprovou reforma da previdência que retira direitos nos critérios para aposentadoria; nomeou Sérgio Moro para Ministro da Justiça e ameaçou retirá-lo do cargo se não interviesse nas investigações que avançavam sobre seu filho Flávio Bolsonaro (acusado de rachadinha e relação com as milícias no Rio de Janeiro); facilitou a aquisição e o porte de armas; atuou contra a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas; tentou barrar a fiscalização por radares móveis nas rodovias federais; junto a Ricardo Salles, “passou a boiada” restringindo as áreas



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

de proteção ambiental; acabou com o Ministério da Cultura e atacou a Lei Rouanet; censurou obras com temática LGBT; nomeou para a Fundação Cultural Palmares Sérgio Nascimento, defensor do fim do movimento negro; se rendeu ao Centrão, construindo o orçamento secreto e as emendas Pix, entregando ao Legislativo prerrogativas orçamentárias do Poder Executivo; congelou os salários dos servidores públicos de todo Brasil por 2 anos; sem contar as mais de 700 mil mortes na pandemia, fruto da má gestão, da corrupção, do negacionismo antivacina e da tese de imunidade de rebanho, de modo a pensar primeiro na economia e depois na vida das pessoas.

Na economia, o governo foi marcado por um crescimento baixo, o qual não pode ser atribuído apenas à pandemia da Covid-19, uma vez que nos indicadores do primeiro trimestre de 2019 e de 2020, o crescimento do PIB foi de medíocres 1,05%. Houve alta na inflação, o desemprego bateu recordes e o Brasil voltou ao mapa da fome.

Em setembro de 2020 o governo Bolsonaro apresentou ao congresso a proposta de reforma administrativa que, em resumo, objetiva flexibilizar o vínculo do servidor efetivo com o estado, redução de jornada de trabalho com redução de salários, cria critérios avaliativos subjetivos para efetivar um aprovado em um concurso e busca ampliar as terceirizações em nosso ambiente de trabalho. Tudo isso sob o argumento de reduzir privilégios sem atingir privilegiados, uma vez que não tocava nos supersalários e não incluía na proposta o judiciário e os militares. O objetivo claro nas entrelinhas da reforma era precarizar serviços públicos e garantir mais controle político aos partidos no poder.

Numa perspectiva comparada com a gestão atual do Governo Federal, podemos observar, conforme o artigo de José Luis Oreiro para o *Le Monde Diplomatique*:

Com efeito, segundo dados do IPEADATA, verificamos que no período compreendido entre o primeiro trimestre de 2019 e o último trimestre de 2022, a taxa média do crescimento do PIB foi de 1,47% a.a. Para o período compreendido entre o primeiro trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2025, o crescimento médio do PIB foi de 3,27% a.a.; ou seja, o PIB brasileiro durante Lula 3 cresceu 1,8 p.p. acima do crescimento observado durante todo o governo Bolsonaro.

Politicamente, o governo entregou o Congresso ao “Centrão”, permitindo que Rodrigo Maia/Arthur Lira liderassem a captura de prerrogativas do Executivo sobre o orçamento. Assistiu-se à “farra das emendas Pix”, com liberação de recursos não rastreáveis e sem transparência, violando princípios básicos da administração pública. Essa relação promíscua com o parlamento foi capaz de conter as investigações no Congresso e blindar a ação da oposição de fiscalização e controle, como ofício dos parlamentares. O que se viu foi um Congresso voltado aos próprios interesses, engavetamento de denúncias e de processos de impeachment protocolados na Casa. Durante esse período, assistimos à violação do equilíbrio entre os Três Poderes, com o chefe do Executivo atacando decisões do STF com vocabulário chulo e ameaças de descumprimento judicial.

Esse mesmo período foi marcado por escândalos: desde a venda de bíblias no Ministério da Educação a preço de ouro e joias desviadas, até a apreensão de cocaína em aviões da comitiva presidencial na Espanha. Recentemente, surgiram graves denúncias envolvendo o setor financeiro e o Banco Master, Fraude do INSS, negociações com grileiros e garimpeiros em Terras Indígenas, venda de madeira ilegal, queimadas etc.

Nesse momento, quando escrevemos essa contribuição, o escândalo do Banco Master abala a República, apavorando o Centrão e a extrema-direita, uma vez que Flávio Bolsonaro, Nikolas Ferreira, Ciro Nogueira, Campos Neto, Antônio Rueda, governadores, dentre outros, foram identificados na lista do WhatsApp do Daniel Vercaro. O Ministro do STF André Mendonça determinou que os parlamentares não acessem o conteúdo do celular de Vercaro, determinando seu recolhimento pela Polícia Federal. Também instalou investigação para saber quem vazou as conversas pessoais e íntimas de Vercaro, a pedido da defesa do réu. O filho do



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

Ministro do STF, Kássio Nunes Marques, recebeu R\$ 281 mil da consultoria que prestava serviços para o Banco Master e para a JBS. Além de contratos envolvendo familiares de outros ministros da Suprema Corte.

O Senador do Podemos de Minas Gerais, Carlos Viana, que destinou uma emenda de um milhão e meio de reais ao instituto da Igreja da Lagoinha, também é acusado de blindar aliados na CPMI do INSS, uma vez que o mesmo possui relação direta com a igreja. Ex-ministros do Governo Bolsonaro são diretores do Banco Master. Cabe dizer que as operações que legitimaram o Banco Master foram autorizadas por Campos Neto durante sua gestão no Banco Central. A imprensa burguesa tenta a todo custo ligar o esquema do Banco Master a todo o espectro político, porém os vestígios levam o escândalo para dentro do clã Bolsonaro majoritariamente, incluindo depósitos para sua campanha e para a de Tarcísio Freitas. É preciso aguardar os desdobramentos dessa investigação, que deve ser aprofundada, e ninguém pode ser blindado. É preciso que o Estado brasileiro abandone seu passado de impunidade contra criminosos de colarinho branco, sem perdão e sem anistia a criminosos contumazes.

Com Lula livre e com os processos anulados pelo STF, o ex-líder sindical volta à cena política, construindo uma aliança democrática em torno da união e da reconstrução do país. Com Geraldo Alckmin, seu antigo rival, compôs uma chapa com o PSB na vice e confirmou 9 partidos em sua aliança — a maior desde a primeira vez que disputou as eleições. A vitória em 2022 foi muito apertada, com 50,90% dos votos válidos contra 49,10%. Uma eleição difícil, marcada por assédio eleitoral de patrões contra empregados e com o uso da máquina pública, em especial a Polícia Federal, que tentou deliberadamente impedir o deslocamento de eleitores no Nordeste brasileiro, em especial das áreas com maior vantagem para o candidato petista. Houve ainda o uso da fé (ou de má fé) de líderes religiosos usando o púlpito da igreja para promover o terror contra um possível governo que fecharia as igrejas e perseguiria evangélicos, entre outras barbaridades. Nesta mesma eleição, Bolsonaro e Tarcísio receberam dinheiro do cunhado de Vorcaro, o Pastor Fabiano Zettel, totalizando R\$ 5 milhões, sendo R\$ 3 milhões para o ex-presidente e R\$ 2 milhões para o atual Governador de São Paulo.

Mesmo com a vitória no Executivo, o governo precisou lidar com uma situação adversa, com uma base orgânica reduzida e forte presença do Centro e da oposição bolsonarista, que capturaram por diversos momentos a pauta do parlamento, visando o desgaste e a obstrução do governo, sem contar os repetidos discursos e mentiras propagadas para tentar tirar o brilho dos bons resultados do Governo Federal. Mesmo assim, o governo aprovou a Reforma Tributária, a Lei do Arcabouço Fiscal, a MP dos Ministérios, o aumento real do salário mínimo, a igualdade salarial entre homens e mulheres e, recentemente, aprovou a isenção do imposto de renda para trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil do pagamento, representando mais renda no bolso dos trabalhadores.

Nas áreas sociais, o governo obteve vitórias importantes, restabelecendo programas como o Bolsa Família com o valor de R\$ 600,00 reais e adicional de R\$ 150 por crianças de até 6 anos e R\$ 50 para gestantes/adolescentes; o Minha Casa Minha Vida; o Mais Médicos; o Programa Pé-de-Meia e o Pé-de-Meia Licenciatura; o Brasil Sem Fome; o Novo PAC; o apoio a catadores de materiais reciclados; o Desenrola Brasil e o Desenrola Brasil 2.0 que renegociou as dívidas de trabalhadores e famílias; a redução da inflação de alimentos; o controle dos preços dos combustíveis, além de retirar o Brasil do Mapa da Fome e alcançar o menor percentual de desemprego da história do país.

Mas nem tudo são flores. Houveram derrotas de 2023 até agora e podemos destacar derrubadas de vetos presidenciais, como no caso das “saidinhas” temporárias e das alterações no licenciamento ambiental; a manutenção de veto de 2021 que impede a criminalização da disseminação de notícias falsas; a derrubada de vetos da oposição na LDO de 2024, proibindo que haja orçamento destinado à promoção do aborto e a transição de gênero; e a aprovação do projeto de lei que proíbe invasores de terras de receber auxílios do governo. A pauta da anistia, disfarçada de dosimetria, mesmo antes do fim do julgamento de Bolsonaro, tencionou a pauta do Congresso, mobilizando senadores e deputados em torno de livrar “senhoras inocentes” e “mulheres com



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

batom na mão” dos crimes que cometeram na “Festa da Selma”, no dia 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes, para sustentar a trama golpista armada pelos ex-presidentes com apoio de alguns generais em desvio de conduta, inclusive se amotinando e obstruindo o funcionamento da Câmara e do Senado, em total desrespeito à nossa Constituição e ao regimento das Casas.

O Congresso Nacional foi tomado por uma pauta antipovo, antieconômica e antinacional. Parlamentares da extrema-direita bradavam pelas sanções do governo americano e pediam mais tarifas contra a economia brasileira, travando uma verdadeira guerra contra os interesses populares. *Fake news*, discursos inflados e fantasiosos a todo momento buscavam desconstruir as ações do Governo Federal com ataques como a suposta vigilância e a taxaço do Pix.

Enquanto a extrema-direita ocupava a pauta política com seus interesses umbilicais, o governo liderado por Lula, juntamente com Haddad e Alckmin, atingia consequentemente os melhores indicadores da história do país, como a redução do desemprego de 12,3% no governo Bolsonaro para 6,4% no atual governo. A renda média dos brasileiros continua crescendo e deve ser impulsionada pela isenção do imposto de renda para trabalhadores que ganham até 5 mil reais. Quanto ao acumulado dos 4 anos do IPCA, o governo anterior teve uma alta recorde de 56% contra a projeção de 19,7% para o governo Lula, superando sua própria marca no governo Lula 2. Quanto à inflação dos alimentos, o atual governo chega à marca de 17,4%, enquanto a alta do Governo Bolsonaro foi de 56,1%. Sem falar no aumento real do salário mínimo, dos acordos de recomposição salarial com os servidores que estavam paralisados, a abertura de novos mercados e o fortalecimento do bloco econômico dos BRICS — a vitória da diplomacia brasileira e do presidente Lula nas relações com os EUA, mantendo-se firme na defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros, reafirmando nossa soberania e defendendo as nossas instituições democráticas.

Mesmo apresentando bons resultados econômicos e muitas entregas nos programas sociais do governo, a extrema-direita segue firme e mobilizada. Conseguiu, ao longo desses 3 anos, ocupar espaço na agenda política, muitas vezes amplificada pelas mídias tradicionais, com uma pauta conservadora de costumes, com proselitismo religioso e anti-Lula. Essa é a direita radical, que não aceita a tese de que é possível proporcionar crescimento econômico com redução das desigualdades através de políticas públicas estruturantes, pela valorização da renda do trabalho e por programas de transferência de renda, comprovadamente eficazes no combate à fome e à extrema pobreza. Apela para um “mito moribundo” que se encontra preso em sua própria casa, ouvindo vozes de um equipamento eletrônico (tornozeleira) e usando sua destreza no manuseio do ferro de solda em dia de culto em frente à sua residência. Ao ser acionada, a PF esteve na casa do meliante e o levou para a sede da Polícia Federal por violações do equipamento de custódia para extraviar-se.

As eleições de 2026 ocorrem nesse mesmo contexto de polarização, que terá como centro da disputa Lula, buscando um quarto mandato, e, até o momento, o Senador Flávio Bolsonaro — que aparece na lista do WhatsApp do Vercaro e tem um passado marcado por denúncias de rachadinha, aquisição de imóveis incompatíveis com a sua renda e envolvimento com milicianos homenageados e que trabalhavam em sua assessoria na Alerj. Por fora, o PSD tenta emplacar uma candidatura de direita moderada entre o espectro do lulismo e do bolsonarismo, através da candidatura de Ronaldo Caiado.

Faltando poucos meses para as eleições, nós, servidores e servidores, teremos que, mais uma vez, nos posicionarmos de forma decisiva para derrotar as forças do retrocesso representadas pelo bolsonarismo e pelo Centrão. Mais do que reeleger Lula, precisaremos construir uma vitória numérica na Câmara e no Senado, gerando estabilidade para governar em torno de uma agenda voltada aos brasileiros. Para isso, teremos que escolher deputados federais e senadores comprometido com o povo. A derrota da extrema-direita no Executivo e no Parlamento é a tarefa mais importante para estabilizarmos o país no rumo do crescimento econômico com sustentabilidade social e ambiental, reduzindo a diferença entre os mais ricos e os mais pobres, garantindo escola, saúde, segurança, renda e oportunidades que reacendam a chama de ser brasileiro como uma nação unida, democrática e soberana.



**Da retomada à consolidação:
fortalecendo a luta, valorizando os servidores**

Uma possível derrota do bolsonarismo isolaria ainda mais a direita radical, que estará organizada sob uma nova correlação de forças; sem o governo federal e sem maiorias na Câmara e no Senado, terão menor capacidade de incidir e disputar os rumos do país com a pauta de extrema-direita. Não podemos deixar de colocar em perspectiva os rachos e a falta de unidade da direita conservadora, que enfrentam problemas com a família Bolsonaro, pois os mesmos só atuam em defesa dos interesses da própria família, subordinando seus aliados a aventuras, devaneios e negócios políticos. Assim como não podemos descartar a base de massas que o programa da ultradireita consegue mobilizar em torno da família Bolsonaro.

Diagnóstico do Empobrecimento Absoluto do Servidor Público do Executivo Estadual nos Últimos 13 anos

Pobreza e Riqueza carregam uma relação de interdependência. Uma pessoa só pode ser rica se comparada a outra pessoa mais pobre ou, se comparada a variação de preços de bens e serviços. Se todas as pessoas ganham o mesmo salário em um determinado país, ninguém seria rico e ninguém seria pobre. Se todos os salários subirem em igual dimensão e proporcional a todos os produtos e serviços ofertados, ninguém enriqueceu, ninguém empobreceu.

Essa reflexão é teórica, mas partimos dela para considerar a forma de calcular e entender as mudanças na nossa condição social. Podemos identificar “enriquecimento” ou “empobrecimento” a partir de qualquer ponto de vista que se pretenda analisar e muitas vezes o método proposto carrega intenções políticas para esconder a realidade econômica do olhar de um espectador menos atento. Chamamos de **empobrecimento absoluto** quando o nível de renda cai em relação a quantidade de bens e serviços que determinado salário pode consumir. Chamamos de **empobrecimento relativo** quando determinado salário cai em relação ao salário de outros. A menos que haja uma elevação na demanda agregada de um país, o enriquecimento relativo só é possível através da concentração de renda, ou seja, através do empobrecimento de alguém.

Nós, servidores públicos do executivo estadual, empobrecemos nos últimos 13 anos. Empobrecemos em relação aos preços de bens e serviços que consumimos, que rebaixou nosso salário real e impôs restrições ao nosso padrão de vida e consumo. Empobrecemos em relação ao salário mínimo, que nos aproximou ainda mais dos níveis remuneratórios mais baixos de nossa sociedade. Empobrecemos em relação aos outros servidores de outras áreas, o que provocou um desnivelamento nas próprias relações sociais dentro do próprio Estado. Auditores Fiscais, forças de segurança, Ministério Público, Legislativo e até mesmo o Magistério se afastaram cada vez mais da nossa realidade salarial.

Demonstraremos que mesmo após um ano de vitórias que merecem ser comemoradas, nossas perdas não foram compensadas até hoje e precisamos nos armar para não retrocedermos. Utilizaremos como base da inflação o IPCA.

Remuneração x Inflações

Para demonstrar esse argumento iremos apresentar a nossa realidade salarial comparada com diferentes referências. Costumamos usar mais frequentemente a inflação NACIONAL do ano corrente, que é também o índice utilizado pelo governo para calcular nosso reajuste. Aqui utilizaremos também a inflação regional, para podermos visualizar o impacto específico da maioria da realidade dos servidores estaduais. Utilizaremos também a inflação referenciada nos 12 meses anteriores, ou a partir da quantidade de meses acumulados desde o último reajuste. Cruzaremos também nossa base remuneratória com o salário mínimo para podermos visualizar o quanto nos aproximamos do piso mais baixo da remuneração do Brasil.

Em abril de 2025 foi anunciado reajuste de 4,5% nos salários e 200 reais no auxílio alimentação, o que correspondeu a um aumento de 33,3% (como foi um aumento em dimensão absoluta, não é possível calcular o % relativo às remunerações gerais,



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

pois cada categoria possui uma diferente). Em setembro de 2025 foi anunciado 8% para os agentes de suporte educacional. Em fevereiro de 2026 o governo estadual anunciou atualização na tabela salarial dos servidores da base do SINDIPUBLICOS dos níveis médio e superior em 8% e do nível médio-técnico em 18%.

Enquanto essa tese está sendo redigida, ainda não possuíamos os novos valores. No momento de debater no congresso, atualizaremos tudo.

É importante considerar que, para base de cálculo, um reajuste repõe perdas salariais do período imediatamente **anterior**, ou seja, quando um reajuste salarial acontece ele tem como referência a inflação **anterior** que corroeu o salário deste servidor durante o exercício do ano **ANTERIOR**. Portanto, um reajuste concedido em abril de 2025 visaria repor as perdas salariais acumuladas de abril de 2024 a abril de 2025.

Sendo assim, embora **o IPCA de 2024 tenha fechado em 4,8%**, o IPCA acumulado de abril a abril foi de 5,5% devido à forte aceleração da inflação de 1,3% em fevereiro de 2025. A região METROPOLITANA da Grande Vitória acumulou uma inflação de 4,2%. Sendo assim, com um reajuste de 4,5% anunciado em abril, registramos um **empobrecimento absoluto de 0,3%** (se comparado ao IPCA nacional de 2024) **ou um EMPOBRECIMENTO ABSOLUTO de 1%** (se comparado ao IPCA acumulado de abril a abril) ou poderíamos ainda afirmar, sob a mesma realidade, mas a partir de outro ponto de vista de análise, **que os servidores ESTADUAIS tiveram uma recuperação salarial de 0,3%** (se compararmos com o IPCA de 2024 na Grande Vitória especificamente).

Todas essas 3 afirmações estão relativamente corretas!

Em setembro de 2025 o governo anunciou um reajuste salarial de 8% para servidores da educação, Auditores Fiscais e Delegados da Polícia Civil. Desses, apenas os da educação possuem verba específica que justifique elevar sua remuneração acima dos demais. O reajuste das demais carreiras citadas acima foi predileção do governador em, por algum motivo, utilizar verba do tesouro para beneficiar uma categoria e não outra. Em fevereiro de 2026 o governo anunciou 8% para o restante da nossa base e 18% para os “médio-técnicos”, prometido para abril, acumulando assim 6 meses de diferença e perdas inflacionárias. Para além desse anúncio a revisão geral anual, o famoso RGA, ou seja, nosso reajuste inflacionário anual, foi anunciado em 4% a ser pago a partir do pagamento de julho de 2026.

Conclusão, chegamos a março de 2026 com o seguinte cenário:

IPCA brasileiro fechou 2025 em 4,2%.

Ainda não temos disponíveis os dados da inflação de fevereiro de 2026, portanto utilizando o **período de abril de 2025 a janeiro de 2026** temos uma inflação acumulada de **2,5%** em 10 meses. A inflação da Grande Vitória em 2025 ficou acima da nacional, fechando 2025 em 4,9%.

O cálculo indica que em abril de 2026 teremos:

acumulado uma recuperação salarial de 3,5% desde janeiro de 2025 se utilizarmos o IPCA nacional por ano.

Ou uma recuperação salarial de 4,5% se considerarmos o índice mensal de abril de 2025 até janeiro de 2026.

Ou uma recuperação salarial de 3,4% se considerarmos a inflação da região da Grande Vitória.

A constatação é que, em qualquer ponto de vista neste período conseguimos alguma recuperação das perdas passadas e, portanto, reduzimos o empobrecimento absoluto que acompanhava os servidores públicos há tantos anos. Não podemos deixar de dizer que é uma vitória da greve, da luta dos servidores estaduais e do **Sindipúblicos**.



**Da retomada à consolidação:
fortalecendo a luta, valorizando os servidores**

Empobrecimento do Servidor do Executivo Estadual

Em janeiro de 2025 o governo federal estabeleceu um reajuste de 7,5% o que elevou o salário mínimo de R\$ 1.412,00 para R\$ 1.518,00. Dois meses **antes** de nosso reajuste estadual de 4,5%.

Em dezembro de 2025 o governo anunciou outro reajuste no salário mínimo de 6,7%, elevando seu valor para R\$ 1.621. Em fevereiro o governador anunciou uma atualização em nossas tabelas elevando a remuneração inicial em 8% a partir de abril de 2026.

Pelos cálculos, o salário mínimo subiu **14,2%** cobrindo as perdas de 2024 e 2025 e apresentando um ganho real. Os servidores da nossa base receberam **12,5%** de reajuste neste mesmo período.

Em termos de comparação com o salário mínimo os servidores estaduais sofreram um empobrecimento relativo de **2%** durante este período. Esse empobrecimento relativo, porém, é verificado em vários outros anos gerando um resultado muito maior acumulado. Em 2013 o salário mínimo era de R\$ 678. As políticas de valorização salarial nacional dos governos do PT elevaram o salário mínimo a dimensão hoje de R\$ 1.621, obtendo um aumento de **139%** e um ganho real de **19,2%**

É importante porém constatar que persiste uma injustiça salarial muito grande mesmo entre os próprios servidores do Estado.

São servidores de nível superior: juízes, professores, médicos, delegados, auditores fiscais, analistas do executivo, procuradores e etc. São servidores de nível médio Agentes de Suporte Educacional, assistentes administrativos, soldados da PM, técnico de registro empresarial, polícia legislativa, guardas ambientais, etc. Todos possuem **brutais** diferenças salariais extremamente injustas. O que justifica um Auditor Fiscal receber 22 mil reais por mês e um professor receber 4 mil? O que justifica um Soldado de nível médio receber quase 6 mil reais por mês já no início de carreira e um Agente de Suporte Educacional não chegar a isso nunca nem ao final de sua tabela?

O que esperar de uma sociedade que remunera melhor seus policiais do que seus professores?

QUADRO DE EMPOBRECIMENTO RELATIVO DOS SERVIDORES PUBLICOS DA BASE DO SINDIPUBLICOS

Cargo	Salário em 2013	Salário Atual	Quanto deveria ser sem perdas (cálculo feito pela calculadora do IPCA do IBGE)	saldo	%
Soldado da PM *Nível Médio	2.185,02	5.741,45	4.378,98	+1.362,47	+31,1%
Magistério (Subsídio 25h) *Nível Superior	1.046,72 (1.647,75 passando para 40 horas)	2.730,33 (4.368,52 passando para 40 horas)	2.097,72	+ 632,61	+30,1%
Polícia Penal *Nível Medio	2.400,00	6.155,89	4.809,82	+1.346,07	+27%
Auditor Fiscal do Estado *Nível Superior	9.790,89	22.315,19	19.802,74	+2.512,45	+12,6%
Analista do Executivo	4.049,76	7.547,78	8.116,08	-568,3	-7%



**Da retomada à consolidação:
fortalecendo a luta, valorizando os servidores**

Agente de Suporte Educacional	1.664,00	3.003,35	3.334,81	-331,26	-9,9%
Assistente de Gestão	1.550,00	2.673,94	3.106,34	-432,40	-13%
Salário Mínimo	678,00	1.621,00	1.358,77	262,23	+19,2%
Técnico em Desenvolvimento Agropecuário	2.456,17	3.828, 59	5.064,25	-1.235,66	-24,3%
Assistente de Desenvolvimento Agro pecuário	1.738,88	2.673,94	3.585,30	-911,36	-25,4%
-----	SALÁRIO EM 2014	-----	-----	-----	-----
Técnico em Desenvolvimento Rural	2.456,17	3.663,72	4.679,83	-1.016,11	-21,7%
Agente de Desenvolvimento Ambiental	4.984,18	7.547,78	9.496,53	1.948,75	-20,5%
Tecnólogo em Saneamento Ambiental	4.232,00	6.408,32	8.063,38	1.655,06	-20,5%
Agente de extensão	4.984,18	7547,78	9.496,53	-1.948,75	-20,5%
Guarda Ambiental	1.738,88	2.673,94	3.313,15	-639,21	-19,2%

*Os dados das remunerações são referentes ao primeiro nível da tabela

**O período escolhido de 06/2013 foi “quase aleatório”. Buscou-se um período longo para demonstrar o comportamento a médio prazo, mas não longo o suficiente para não haver correspondência mais entre carreiras que mudam de nome e função ao longo do tempo. Por isso escolheu-se o reajuste de junho de 2013.

***As carreiras que estão com referência em 2014 estão por não haver disponível no Portal da Transparência as tabelas mais antigas. É o período mais remoto disponível de informações.

UM ANO PARA SE COMEMORAR, UM FUTURO DE LUTAS PARA SER PLANEJADO

Sem sombras de dúvidas vivemos um ano de lutas recompensadas, mas constatamos que as perdas salariais que ficaram pelo caminho ainda precisam ser alcançadas.

Desde o início da greve a diretoria acertou ao horizontalizar as decisões através de uma comissão de greve que se reuniu semanalmente, avaliando e decidindo. Muitas vezes sob estresse e cansaço, mas sempre firme em seu compromisso. Quando precisou assumir a sua responsabilidade legal como oficial representante de uma categoria ainda maior que o corpo de filiados, a diretoria não se acovardou, mesmo que isso pudesse gerar micro-tensões em sua própria base. Negociou, não fechou portas por radicalismo. Entendeu a necessidade de recuar quando ficamos sob efeito de ameaça de corte de ponto. Não recuou diante da primeira oferta de acordo e, finalmente, sob conduzir a assembleia mesmo através dos melindres de um acordo que não era o ideal, mas que a ampla maioria entendeu como sendo o possível naquele momento, mesmo os não contemplados.

Em que pese os motivos para comemorarmos, hoje já é um novo dia e outros outubros virão!



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

Ainda temos um acerto de contas com o estado em relação aos Agentes de Suporte Educacional e todas as demais categorias em déficit. Precisamos reorganizar a nossa base de celetistas. É papel do SINDIPUBLICOS e seus sindicalizados combater a injustiça salarial dentro e fora do serviço público. Combater privilégios de determinados cargos enquanto tantos servidores penam com acúmulo de função, adoecimento, enquanto observam sua renda paulatinamente esfarelando a cada ida ao supermercado.

É preciso que o sindicato reafirme seu compromisso em lutar por um projeto de longo prazo de recuperação das perdas salariais. Por mais igualdade salarial entre as diversas categorias de servidores públicos. É fundamental que oriente sua base a não votar em nenhum candidato de nenhum partido que defenda a **Reforma Administrativa**.

Precisamos lutar por:

- I. RECUPERAÇÃO DAS PERDAS
- II. CONCURSOS PÚBLICOS
- III. REVITALIZAÇÃO DO PAPEL DOS ORGÃOS E AUTARQUIAS
- IV. DEFESA DO PODER PÚBLICO E DAS ESTATAIS
- V. DEFESA DA SOBERANIA DO BRASIL E DO ES

A Representação do Sindipúblicos junto às Empresas Públicas Estaduais

O Estado do Espírito Santo possui um conjunto de empresas públicas — pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei específica, com patrimônio próprio e capital exclusivo, sendo o Estado o sócio majoritário. Elas foram instituídas para prestar serviços de interesse público com finalidades técnicas e administrativas diversas, que vão desde instituições financeiras e fundações até empresas voltadas ao planejamento de serviços públicos, como distribuição de água, transporte de passageiros, cultura e gestão de abastecimento alimentar. Essas entidades também compõem a administração indireta.

Atualmente, integram a base do Sindipúblicos a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo - CETURB/ES e as Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASA.

A primeira empresa (CETURB/ES) é responsável pelos seguintes serviços: Sistema Transcol, Aquaviário, 3ª Ponte, Rodovia do Sol, Rodoviária de Vitória e Sistema Intermunicipal Rodoviário de Passageiros – SITRIP.

Já a CEASA é responsável pela organização da cadeia de suprimentos hortifrutigranjeiros, pela regulação do mercado e pela infraestrutura logística de armazenamento e movimentação, além do monitoramento de preços e da garantia da segurança alimentar da população.

Os empregados públicos destas empresas são responsáveis pela execução de atividades específicas e inerentes a cada segmento. No caso do transporte público, a atuação requer equipes multidisciplinares compostas por engenheiros, arquitetos, urbanistas, economistas, estatísticos, sociólogos, profissionais do Direito, administrativos e contábeis, além do suporte técnico. Já a Ceasa conta com técnicos agrícolas, estatísticos, de informática, advogados, administradores, contadores e agentes fiscalizadores. A especialização desses quadros é fruto de experiências técnicas peculiares e do uso de estudos comparados entre outros entes com a mesma finalidade localizados nas diversas unidades da federação, bem como de literatura acadêmica específica, quase sempre restrita ao segmento voltada a tais funções.



Da retomada à consolidação: fortalecendo a luta, valorizando os servidores

Os Problemas Estruturais

As políticas econômicas dos últimos governos do estado do ES têm adotado medidas de esvaziamento técnico, tanto nas atividades-fim quanto nas finalidades precípuas das empresas públicas. Esse processo ocorre por meio da terceirização, da contratação de consultorias — que muitas vezes não entregam projetos satisfatórios —, da ausência de concursos públicos e de salários defasados muito aquém dos praticados em outros estados da federação. Tudo isso gera perda na capacidade técnica e intelectual para a prestação do serviço. Outro fator que compromete a eficiência é a ocupação de cargos de alta direção por agentes sem afinidade técnica com a área, frequentemente nomeados por critérios de acomodação política.

A ideologia do “Estado mínimo” tem pautado a gestão dessas empresas, resultando em sucateamento e desvalorização. Tanto na Ceasa quanto na Ceturb/ES, observa-se o inchaço de cargos comissionados em detrimento de quadros concursados. Na Ceturb/ES, a falta de planejamento estratégico, a ausência de investimentos em tecnologia e o distanciamento de fóruns nacionais de transporte, somados à desvalorização salarial, criaram um cenário crítico. O último concurso ocorreu em 2010; já em 2017, um Plano de Demissão Voluntária (PDV) desligou 20% do quadro sem a devida renovação, e hoje 40% dos empregados aguardam nova oportunidade de desligamento. O atual plano de cargos e salários, defasado, gerou uma série de passivos trabalhistas.

A Ceasa enfrenta situação similar, marcada por anos de ameaças de privatização e ausência de concursos. Embora o ingresso de novos concursados em 2025, após notificação do Ministério Público, tenha reaberto frentes de trabalho, as condições laborais permanecem precárias: ambientes insalubres, insegurança física para os trabalhadores no pátio e atritos constantes com lojistas e carregadores. Os novos trabalhadores da Ceasa reivindicam a data base para negociação de Acordo Coletivo de Trabalho, a elaboração de um Plano de Cargos e Carreira e melhorias nas condições de trabalho. Além disso, ambas as empresas falham em cumprir integralmente as políticas de transparência e dados abertos.

A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) fragilizou os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), dificultando a negociação e o acesso à Justiça. Já a natureza dos benefícios (assistência médica e auxílio-alimentação), que não são incorporados à aposentadoria, geram um prejuízo significativo aos trabalhadores, que, muitas vezes, permanecem na ativa, mesmo com saúde debilitada, para não perderem o padrão de renda.

Plano de Luta para as Empresas Públicas e seus Trabalhadores

1. Criação do Fórum das Estatais do Espírito Santo: Espaço voltado à discussão de legislação comum, pautas de desenvolvimento social/econômico, análise de indicadores financeiros, compartilhamento de boas práticas e articulação entre gestores, trabalhadores e sociedade civil.
2. Valorização Técnica: Preenchimento de cargos de direção, gerência e coordenação preferencialmente por profissionais de carreira ou de notório saber, mitigando a interferência político-partidária.
3. Continuidade Estratégica: Estabelecimento de políticas de Estado que evitem a descontinuidade de projetos de longo prazo a cada mudança de governo.
4. Agilidade e Governança: Implementar mecanismos de governança que permitam maior celeridade em processos de compra e contratação, respeitando a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) sem comprometer a eficiência operacional.
5. Sustentabilidade Financeira: Revisão da gestão de custos em operações deficitárias de interesse público, evitando que o corte de despesas comprometa a qualidade da prestação do serviço à população.



**Da retomada à consolidação:
fortalecendo a luta, valorizando os servidores**

6. Modernização Tecnológica: Elaboração de Planos Diretores de Tecnologia e Inovação quinquenais para todas as estatais.
7. Política Salarial: Autonomia para negociação de índices que considerem a reposição da inflação e ganhos reais atrelados à produtividade e aos resultados da empresa.
8. Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS): Instituição de critérios transparentes para progressão funcional e correção de distorções salariais.
9. Previdência Complementar: Criação de um fundo de previdência para o conjunto das estatais com gestão paritária, garantindo a preservação do poder de compra dos trabalhadores após a aposentadoria.
10. Garantia de Emprego: Inclusão de cláusulas em Acordos Coletivos que protejam a manutenção dos postos de trabalho e prevejam salvaguardas em caso de reestruturação, extinção ou privatização.